

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	32
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	34
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	35
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	871.000.000
Preferenciais	0
Total	871.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.985.095	1.932.836
1.01	Ativo Circulante	52.043	48.026
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.962	20.791
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.546	11.838
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	9.546	11.838
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	9.546	11.838
1.01.03	Contas a Receber	13.634	12.670
1.01.03.01	Clientes	13.634	12.670
1.01.03.01.01	Contas a Receber	13.596	12.658
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	38	12
1.01.06	Tributos a Recuperar	887	774
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.542	1.248
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	472	705
1.01.08.03	Outros	472	705
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Fornecedores	0	500
1.01.08.03.02	Outros Créditos	472	205
1.02	Ativo Não Circulante	1.933.052	1.884.810
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	29.122	355
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	28.624	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	498	355
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais e Outros	373	339
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	125	16
1.02.03	Imobilizado	101.381	109.292
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	96.036	102.580
1.02.03.02	Direito de Uso em Andamento	26	0
1.02.03.02.01	Direito de Uso em Arrendamento	26	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	5.319	6.712
1.02.04	Intangível	1.802.549	1.775.163
1.02.04.01	Intangíveis	1.802.549	1.775.163
1.02.04.01.02	Intangível	1.568.850	1.493.388
1.02.04.01.03	Intangível em construção	233.699	281.775

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.985.095	1.932.836
2.01	Passivo Circulante	56.124	34.576
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.555	10.727
2.01.01.01	Obrigações Sociais	969	1.220
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.586	9.507
2.01.02	Fornecedores	18.312	15.223
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.299	15.128
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	13	95
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.846	2.754
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.341	1.154
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.341	1.154
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.505	1.600
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	1.505	1.600
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	23.293	977
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	23.293	977
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	23.293	977
2.01.05	Outras Obrigações	2.118	4.895
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.062	718
2.01.05.02	Outros	1.056	4.177
2.01.05.02.04	Dividendo a Pagar	0	3.302
2.01.05.02.05	Outras Obrigações com o Poder Concedente	873	841
2.01.05.02.07	Outras obrigações	157	34
2.01.05.02.09	Arrendamento Mercantil	26	0
2.02	Passivo Não Circulante	974.688	966.749
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	826.804	845.843
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	826.804	845.843
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	826.804	845.843
2.02.03	Tributos Diferidos	27.940	29.935
2.02.04	Provisões	119.944	90.971
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.063	98
2.02.04.02	Outras Provisões	118.881	90.873
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	118.881	90.873
2.03	Patrimônio Líquido	954.283	931.511
2.03.01	Capital Social Realizado	871.000	848.000
2.03.04	Reservas de Lucros	86.813	83.511
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.530	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	64.748	134.282	114.256	233.372
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-61.968	-119.510	-99.043	-194.484
3.02.01	Custo de construção	-2.369	-3.684	-53.814	-105.921
3.02.02	Serviços	-17.947	-32.639	-11.741	-19.768
3.02.03	Custos contratuais	-3.840	-7.904	-3.875	-7.912
3.02.04	Depreciação e Amortização	-10.168	-20.140	-8.537	-16.060
3.02.05	Custo com pessoal	-7.133	-15.594	-8.722	-17.637
3.02.06	Provisão de Manutenção	-12.293	-24.277	-7.711	-13.927
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-7.246	-13.198	-3.756	-7.849
3.02.08	Outros	-972	-2.074	-887	-5.410
3.03	Resultado Bruto	2.780	14.772	15.213	38.888
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.506	-16.266	-8.784	-16.235
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.961	-16.929	-8.985	-16.484
3.04.02.01	Serviços	-3.491	-6.659	-3.443	-6.313
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-1.979	-3.951	-1.943	-3.577
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-1.066	-2.985	-2.412	-4.838
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-229	-410	-143	-287
3.04.02.05	Outros	-1.196	-2.924	-1.044	-1.469
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	582	861	562	644
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-127	-198	-361	-395
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.726	-1.494	6.429	22.653
3.06	Resultado Financeiro	-2.162	-4.031	-1.637	-3.040
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-6.888	-5.525	4.792	19.613
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.526	1.995	-1.772	-6.866
3.08.01	Corrente	0	0	375	0
3.08.02	Diferido	2.526	1.995	-2.147	-6.866
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-4.362	-3.530	3.020	12.747
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-4.362	-3.530	3.020	12.747

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00502	-0,00405	0,00372	0,01598
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,00502	-0,00405	0,00372	0,01598

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-4.362	-3.530	3.020	12.747
4.03	Resultado Abrangente do Período	-4.362	-3.530	3.020	12.747

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	48.025	56.885
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	49.382	57.408
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) líquido do período	-3.530	12.747
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-1.995	6.866
6.01.01.03	Depreciação e amortização	24.091	19.637
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado e intangível	200	395
6.01.01.05	Juros sobre financiamentos e variação monetária	37.258	37.108
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Empréstimos	-36.200	-36.143
6.01.01.12	Constituição da Provisão de Manutenção	24.277	13.927
6.01.01.13	Ajuste a Valor Presente Provisão Manutenção	3.731	2.662
6.01.01.14	Constituição (Reversão) da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	1.547	355
6.01.01.15	Provisão para perda esperada - Contas a Receber	-33	-146
6.01.01.17	Atualização Monetária s/ Riscos Cíveis, Trabalhi.	35	0
6.01.01.18	Reversão do Ajuste a Valor Presente do Arrendamento Mercantil	1	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.357	-523
6.01.02.01	Contas a receber	-905	-1.244
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-26	40
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-222	-457
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedores	500	0
6.01.02.07	Despesas antecipadas e outros créditos	-2.595	-2.710
6.01.02.08	Fornecedores	3.089	6.541
6.01.02.09	Fornecedores - partes relacionadas	344	42
6.01.02.11	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	0	-216
6.01.02.13	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	92	55
6.01.02.15	Obrigações sociais e trabalhistas	-1.172	-2.230
6.01.02.16	Outras contas a pagar	155	18
6.01.02.17	Pagamento da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-617	-362
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.226	-106.764
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-2.610	-2.475
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-4.908	-108.853
6.02.10	Aplicações financeiras líquidas de resgate	2.292	4.564
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-39.628	17.204
6.03.01	Integralização de Capital	23.000	51.000
6.03.02	Resgates / Aplicações na Conta Reserva	-28.624	0
6.03.04	Empréstimos e Financiamentos - Captação	0	-57
6.03.05	Empréstimos e Financiamentos - Pagamento do Principal	-33.981	0
6.03.06	Empréstimos e Financiamentos - Pagamento de Juros	0	-33.739
6.03.07	Arrendamento Mercantil (Pagamentos)	-23	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.171	-32.675
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.791	50.058
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.962	17.383

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	848.000	0	83.511	0	0	931.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	848.000	0	83.511	0	0	931.511
5.04	Transações de Capital com os Sócios	23.000	0	0	0	0	23.000
5.04.01	Aumentos de Capital	23.000	0	0	0	0	23.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.530	0	-3.530
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.530	0	-3.530
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.302	0	0	3.302
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.302	0	0	3.302
5.07	Saldos Finais	871.000	0	86.813	-3.530	0	954.283

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	806.000	-23.000	63.103	0	0	846.103
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	806.000	-23.000	63.103	0	0	846.103
5.04	Transações de Capital com os Sócios	28.000	23.000	9.807	0	0	60.807
5.04.01	Aumentos de Capital	28.000	23.000	0	0	0	51.000
5.04.06	Dividendos	0	0	9.807	0	0	9.807
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.747	0	12.747
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.747	0	12.747
5.07	Saldos Finais	834.000	0	72.910	12.747	0	919.657

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	182.910	281.768
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	146.677	245.479
7.01.02	Outras Receitas	36.200	36.143
7.01.02.01	Juros capitalizados	36.200	36.143
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	33	146
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-92.926	-168.552
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-54.809	-40.117
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.156	-8.587
7.02.04	Outros	-27.961	-119.848
7.02.04.01	Custo de construção	-3.684	-105.921
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-24.277	-13.927
7.03	Valor Adicionado Bruto	89.984	113.216
7.04	Retenções	-24.091	-19.637
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.091	-19.637
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	65.893	93.579
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.093	1.000
7.06.02	Receitas Financeiras	1.093	1.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	66.986	94.579
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	66.986	94.579
7.08.01	Pessoal	15.922	19.174
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.047	12.621
7.08.01.02	Benefícios	4.788	5.190
7.08.01.03	F.G.T.S.	779	971
7.08.01.04	Outros	308	392
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.289	22.497
7.08.02.01	Federais	5.947	15.338
7.08.02.02	Estaduais	161	174
7.08.02.03	Municipais	7.181	6.985
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	41.305	40.161
7.08.03.01	Juros	41.262	40.106
7.08.03.02	Aluguéis	43	55
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.530	12.747
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.530	12.747

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL MSVIA

Abril a Junho/2019

As informações financeiras intermediárias abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (“IASB”), e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 2T18.

1.1 - Principais destaques

No 2º trimestre de 2019, a Companhia continuou executando obras de restauração e recuperação da rodovia, bem como algumas obras de melhoria da BR 163/MS, nos trechos permitidos pela Licença de Instalação nº 1.083/2015, cuja titularidade foi transferida à Companhia em maio de 2016 pelo IBAMA.

1.2 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita bruta [R\$ mil]	2ºT19	2ºT18	Var.%
Receita de pedágio	66.429	64.509	3,0%
Receitas acessórias	1.869	1.684	11,0%
Receita de construção	2.369	53.814	-95,6%
Receita bruta total	70.667	120.007	-41,1%
Deduções	(5.919)	(5.751)	2,9%
Receita líquida total	64.748	114.256	-43,3%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Receita e custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Receita de pedágio: A receita teve um aumento de 3,0% no 2T19 com relação ao 2T18 devido ao reajuste da tarifa em setembro de 2018.

Receitas acessórias: O aumento de 11,0% no 2T19 em comparação com o 2T18 é devido a celebração de novos contratos de utilização da faixa de domínio.

Receita de construção: No 2T19 a Companhia reduziu o fluxo das obras de duplicação e das obras de restauração do pavimento.

Comentário do Desempenho

Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ mil]	2ºT19	2ºT18	Var.%
Custo de construção	2.369	53.814	-95,6%
Provisão de manutenção	12.293	7.711	59,4%
Depreciação e amortização	12.147	10.480	15,9%
Custos contratuais	3.840	3.875	-0,9%
Serviços de terceiros	21.438	15.184	41,2%
Custo com pessoal	8.199	11.134	-26,4%
Materiais, gastos gerais e outros	9.188	5.629	63,2%
Custos e despesas totais	69.474	107.827	-35,6%

Os custos e as despesas totais reduziram 35,6% no 2T19 em relação ao 2T18, alcançando o valor de R\$ 69.474 mil, em função da redução do fluxo das obras de duplicação e das obras de restauração do pavimento.

Custo de construção: No 2T19 a Companhia reduziu o fluxo das obras de duplicação e das obras de restauração do pavimento.

Provisão de manutenção: A provisão de manutenção sofreu um aumento de 59,4% no 2T19, refletindo os ciclos de manutenção programada da companhia.

Depreciação e amortização: No 2T19 ocorreram as amortizações dos investimentos realizados em 2017 e 2018, tais como: trechos da duplicação, implantação de fibra óptica e equipamentos de monitoração da rodovia, o que causou aumento de 15,9% em depreciação e amortização.

Custos contratuais: Referem-se à verba contratual de Fiscalização (paga à ANTT) e à verba destinada ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Além disso, fazem parte todos os seguros previstos no Contrato de Concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*All Risks*), o das novas obras (riscos de engenharia), bem como responsabilidade civil e seguro garantia.

Serviços de terceiros: Este grupo se refere aos itens de prestadores de serviços, referentes principalmente aos serviços de conservação de rotina, manutenção de equipamentos e sistemas e consultorias. O aumento de 41,2% do valor no 2T19 em relação ao 2T18 ocorreu devido aos serviços de conservação do pavimento.

Materiais, gastos gerais e outros: Os custos com os materiais e gastos gerais da Companhia tiveram aumento de 63,2% devido aos materiais utilizados nos serviços de conservação do pavimento.

Comentário do Desempenho

EBITDA e EBIT

Reconciliação EBITDA [R\$ mil]	2ºT19	2ºT18	Var. %
Lucro Líquido	(4.362)	3.020	-244,4%
(+) IR/CS	(2.526)	1.772	-242,6%
(+) Resultado Financeiro	2.162	1.637	32,1%
(+) Depreciação e amortização	12.147	10.480	15,9%
EBITDA (a)	7.421	16.909	-56,1%
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>11,46%</i>	<i>14,80%</i>	<i>-3 p.p.</i>

Reconciliação EBIT [R\$ mil]	2ºT19	2ºT18	Var. %
Lucro Líquido	(4.362)	3.020	-244,4%
(+) IR/CS	(2.526)	1.772	-242,6%
(+) Resultado financeiro	2.162	1.637	32,1%
EBIT (a)	(4.726)	6.429	-173,5%
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>-7,30%</i>	<i>5,63%</i>	<i>-13 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM nº. 527/2012.

Resultado financeiro líquido

	2ºT19	2ºT18	Var. %
Despesas financeiras	(2.866)	(1.998)	43,4%
Juros sobre financiamentos	(17.412)	(17.288)	0,7%
Varição monetária sobre empréstimos	(554)	(1.232)	-55,0%
Capitalização de custo dos empréstimos	17.273	18.180	-5,0%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2.173)	(1.658)	31,1%
Receitas financeiras	704	361	95,0%
Rendimento sobre aplicações financeiras	693	338	105,0%
Juros e outras receitas financeiras	11	23	-52,2%
Resultado financeiro líquido	(2.162)	(1.637)	32,1%

2. Investimentos

A Companhia continua de forma moderada com os investimentos da BR-163/MS, conforme obrigações detalhadas no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

Obras em andamento durante o 2º. Trimestre de 2019:

- RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO
 - Implantação e recuperação de elementos de proteção e segurança;
 - Restauração do pavimento nos 845,4 km da BR-163/MS.

- AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO

Comentário do Desempenho

- o Duplicação dos seguintes trechos:
 - Km 23,150 ao km 28,530
 - Km 95,520 ao km 104,500
 - Km 369,000 ao km 374,000
 - Km 374,000 ao km 380,000
 - Km 502,160 ao km 511,650
 - Km 607,300 ao km 610,000
 - Km 626,210 ao km 628,460
 - Km 647,120 ao km 650,300
 - Km 688,170 ao km 693,355
 - Km 840,567 ao Km 845,340

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Na comparação do 2T19 com 2T18, houve uma redução no número de acidentes, destacando-se o número de acidentes com vítimas feridas que registrou queda de 15%. Esse resultado é consequência direta de todas as ações firmadas no PRA (Programa de Redução de Acidentes), na qual inclui a monitoração de pontos mais susceptíveis a ocorrência de acidentes e propõe os planos de ação. Na BR-163/MS, a Concessionária desenvolve campanhas educativas de segurança viária desde 2014, além de ações específicas em feriados prolongados, realiza a conservação, recuperação e manutenção periódica de todo o conjunto de sinalização (vertical, de solo e aérea) e do pavimento, além da manutenção do canteiro central e lateral. O SAU (Sistema de Atendimento ao Usuário) tem papel fundamental nas campanhas de segurança viária, pois abrange os serviços de socorro médico, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio, serviço de 0800 e de inspeção do tráfego. Os usuários também recebem mensagens de segurança todos os dias através dos Painéis de Mensagens Variáveis (fixos e móveis), além das orientações dadas pelos arrecadadores das praças de pedágio durante o pagamento da tarifa.

Total de Acidentes (CCR MSVia)	2ºT19	2ºT18	Var.%
Total de acidentes	353	358	-1%
Acidente c/ vítimas feridas	143	168	-15%
Acidentes sem vítimas	202	184	10%
Acidentes com mortos	8	6	33%
Vítimas feridas	234	260	-10%
Número de mortos	8	6	33%

4. Considerações finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2019

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

a) Constituição e objetivo:

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada à Avenida Zila Correa Machado, nº 5600, bairro Moreninha, na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A..

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”).

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163 integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,40 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão.

Em 11 de abril de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) transferiu à Concessionária todos os bens vinculados à operação e manutenção do Sistema Rodoviário pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem como principal desafio duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos.

Além disso, implantou o Sistema de Atendimento ao Usuário em 11 de outubro de 2014, com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do centro de controle operacional e serviço 0800. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais.

Previamente ao início da cobrança de pedágio, estava previsto no Contrato de Concessão a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de Concessão. Tais obras foram realizadas com autorização baseada nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16/07/2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas Portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem na supressão de vegetação nativa; realocação da população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

A Concessionária, após concluir 10% da duplicação e a implantação de nove praças de pedágio em agosto de 2015, iniciou a cobrança da tarifa no dia 14 de setembro de 2015, por meio da autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) publicada na resolução nº 4.826.

As tarifas aplicadas foram reajustadas segundo regras constantes no Contrato de Concessão e com os efeitos das revisões extraordinárias dispostas nas resoluções nº 4.700 de 13 de maio de 2015 e nº 4.826 de 3 de setembro de 2015. A primeira incluiu a implantação de retornos em nível na BR-163/MS no montante de investimentos compromissados com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a segunda restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão após

Notas Explicativas

isenção da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos comerciais concedida pela Lei nº 13.103/2015, conhecida como “Lei dos Caminhoneiros”.

Em maio de 2016, a titularidade da Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, de nº 1083, foi transferida para a Companhia. Desta forma, foi possível iniciar a implantação de mais 55 km de duplicação, totalizando 87 km que foram concluídos em junho de 2017.

Em 14 de setembro de 2016, foram aplicados o 1º reajuste ordinário e o 3º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.183 de 12 de setembro de 2016, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 14 de setembro de 2017, foram aplicados o 2º reajuste ordinário e o 4º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.414 de 11 de setembro de 2017, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109 milhões. No dia 15 de abril de 2016, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587 milhões. Além disso, a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527,3 milhões, e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210 milhões. Em outubro de 2016, a Concessionária recebeu R\$ 147 milhões de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram captados R\$ 107 milhões dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal.

Neste semestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

b) Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Abaixo listamos os principais processos que tiveram andamento em 2019:

i. Suspensão da cobrança de pedágio

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Mato Grosso do Sul - OAB/MS ajuizou tutela cautelar antecipatória, processo nº 0004181-71.2017.403.6000, em face da MSVia, ANTT e União Federal, alegando o descumprimento do Contrato de Concessão por parte da MSVia e pleiteando a suspensão da cobrança de pedágio.

Na audiência de 20 de junho de 2017, o juiz determinou que a ANTT se manifestasse sobre o pedido de revisão contratual efetuado pela MSVia.

Em 09 de outubro 2017, a ANTT apresentou petição informando que as obras de duplicação da rodovia foram retomadas pela MSVia, de modo que tornou -se desnecessário o pedido de revisão contratual. Em 26 de outubro de 2017, a MSVia apresentou sua manifestação, concordando com a ANTT e requerendo a extinção do processo.

Em 24 de novembro de 2017, a União apresentou petição reiterando o seu pedido de exclusão da lide. A OAB/MS apresentou petição requerendo nova audiência de conciliação e que fossem julgados procedentes os pedidos. Após, a ANTT também se manifestou requerendo a extinção da ação, por falta de interesse processual da OAB/MS, tendo em vista que restou demonstrado que a MSVia já havia retomado as obras de duplicação da rodovia. Em 19 de abril de 2018, foi proferido despacho determinando a manifestação das

Notas Explicativas

partes sobre a perda superveniente do interesse processual alegada na manifestação da ANTT. Em 23 de abril de 2018, a MSVia apresentou petição concordando com a manifestação da ANTT, bem como requerendo a extinção do processo. Em 26 de abril de 2018, a OAB/MS requereu prazo adicional para se manifestar sobre as petições da ANTT e da MSVia, que solicitaram a extinção do feito e, na sequência, apresentou petição requerendo a rejeição dos pedidos de extinção do feito e reforçando o seu pedido de concessão da tutela de urgência.

Em 24 de setembro de 2018, foi proferida decisão indeferindo a antecipação de tutela requerida pela OAB/MS.

Foi determinada, ainda, a citação das rés e a exclusão da União do polo passivo da ação.

A OAB/MS requereu a dilação de prazo para apresentar o pedido principal, que foi deferido em despacho publicado em 14 de março de 2019.

Em 02 de abril de 2019, foi proferida sentença extinguido o feito sem resolução do mérito, a qual foi publicada em 08 de abril de 2019. Como o prazo para eventual recurso da OAB/MS já transcorreu sem a interposição de recurso, aguarda-se a certificação do trânsito em julgado do processo.

ii. Revisão contratual extraordinária

Em 06 de abril de 2017, a MSVia apresentou à ANTT, um pedido de revisão contratual extraordinária em virtude de ter havido modificação substancial das bases da contratação por fatores não imputáveis à MSVia e alheios à sua responsabilidade legal ou contratual, que impediam a continuidade dos serviços nos moldes originalmente contratados.

Em 03 de janeiro 2018, a ANTT encaminhou à MSVia ofício comunicando a rejeição do pleito de revisão das condições do Contrato de Concessão, sob o fundamento de que os eventos narrados pela MSVia seriam riscos que teriam sido, no Contrato de Concessão, alocados à MSVia.

Dessa forma, não restou outra opção à MSVia, a não ser, em 20 de maio de 2018, ingressar em juízo em face da ANTT e da União (Processo nº 1009737-97.2018.4.01.3400, em trâmite perante a 22ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal), para requerer preliminarmente que seja autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos e seja determinado que a ANTT se abstenha de aplicar quaisquer outras penalidades contra a MSVia e, ao final, a condenação da ANTT a proceder à revisão do Contrato de Concessão, ou, subsidiariamente, na remota hipótese de se entender que a revisão necessária extrapola os limites de alterações dos contratos administrativos, a sua rescisão judicial, conforme disposto em lei e nos termos do Contrato de Concessão.

Em 25 de maio de 2018, o juiz proferiu decisão determinando que a ANTT se abstenha, até deliberação posterior, de aplicar qualquer tipo de penalidade contra a MSVia. Após a citação da ANTT e da União, as mesmas contestaram a ação e, posteriormente, a MSVia apresentou sua manifestação em 04 de julho de 2018.

Em 17 de outubro de 2018, foi realizada audiência de conciliação na qual as partes acordaram de suspender o processo por 90 dias, para que fossem realizadas tratativas administrativas, a fim de concretizar um possível acordo.

Em 05 de fevereiro de 2019, a ANTT apresentou petição, para requerer a suspensão do processo por mais 60 dias, o que foi deferido.

Em 11 de abril de 2019, a ANTT formulou novo pedido de prorrogação, requerendo a dilação da suspensão por mais 45 dias.

Notas Explicativas

Diante do transcurso do prazo adicional de 45 dias sem qualquer manifestação da ANTT, bem como considerando que a Agência informou que seria aplicado o Fator D acarretando a redução na tarifa vigente, a MSVia, em 13 de junho de 2019, apresentou petição reiterando os pedidos liminares inicialmente formulados, sobretudo a suspensão da aplicação do Fator D.

No dia 29 de julho de 2019, a MSVia apresentou nova petição informando que a ANTT havia notificado a concessionária para se manifestar, no prazo de 15 dias, sobre a Nota Técnica nº 2330, que consignou os resultados preliminares da revisão tarifária em andamento e apontou eventual redução tarifária em setembro de 2019 da ordem de 54,27% ou da ordem de 40,58% (caso o recálculo seja diluído ao longo dos próximos 36 meses. Com fundamento nesse fato novo, foi reiterado o pedido liminar formulado na inicial para suspender a aplicação do “Fator D”.

No âmbito administrativo, ainda está em curso o prazo para manifestação sobre a Nota Técnica ANTT nº 2330.

Aguarda-se decisão sobre a reiteração dos pedidos liminares.

A administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

2. Principais práticas contábeis

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2019, do Pronunciamento CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O impacto da aplicação da IFRS 16 / CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial foi concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como a substituição da despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização linear de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia aplicou a IFRS 16 / CPC 06 (R2) inicialmente usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 / CPC 06 (R2) foi reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Notas Explicativas

O efeito da adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2) foi de R\$ 48 na rubrica Arrendamento mercantil, no passivo, sendo R\$ 26 no circulante, tendo como contrapartida a rubrica Arrendamento mercantil no ativo.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

3. Apresentação da ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 08 de agosto de 2019, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITRs.

4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e bancos	9.995	11.517
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>13.967</u>	<u>9.274</u>
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u><u>23.962</u></u>	<u><u>20.791</u></u>

Notas Explicativas

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	9.546	11.838
Não Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva	<u>28.624</u>	<u>-</u>
Total - Aplicações financeiras	<u><u>38.170</u></u>	<u><u>11.838</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas a taxa média de 98,37% do CDI, equivalente a 6,29 % ao ano (99,27% do CDI, equivalente a 6,34% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2018).

7. Contas a receber

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	1.996	2.155
Pedágio eletrônico - outros (b)	<u>11.719</u>	<u>10.655</u>
	<u>13.715</u>	<u>12.810</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(119)</u>	<u>(152)</u>
	<u><u>13.596</u></u>	<u><u>12.658</u></u>

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Crédito a vencer	13.596	12.658
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	113	1
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>6</u>	<u>151</u>
	<u><u>13.715</u></u>	<u><u>12.810</u></u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Companhia e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A Provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social**a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(6.888)	(5.525)	4.792	19.613
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	2.342	1.879	(1.629)	(6.668)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Incentivo relativo ao imposto de renda	-	-	(40)	-
Remuneração variável de dirigentes estatutários	179	126	(87)	(174)
Despesas indedutíveis	(7)	(19)	(7)	(21)
Outros ajustes tributários	12	9	(9)	(3)
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social	2.526	1.995	(1.772)	(6.866)
Impostos correntes	-	-	375	-
Impostos diferidos	2.526	1.995	(2.147)	(6.866)
	2.526	1.995	(1.772)	(6.866)
Alíquota efetiva de impostos	36,67%	36,11%	36,98%	35,01%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/12/2018	Saldo em 30/06/2019			
		Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	-	9.228	9.228	9.228	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.264	(493)	771	771	-
Provisão para perda esperada	485	(11)	474	474	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	33	328	361	361	-
Provisão de manutenção	30.896	9.522	40.418	40.418	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (a)	(65.348)	(13.925)	(79.273)	7.288	(86.561)
Outros	2.735	(2.654)	81	81	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(29.935)	1.995	(27.940)	58.621	(86.561)
Compensação de imposto	-	-	-	(58.621)	58.621
Imposto líquido ativo (passivo)	(29.935)	1.995	(27.940)	-	(27.940)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

	Transações			
	01/04/2019 a 30/06/2019		01/01/2019 a 30/06/2019	
	Serviços prestados	Intangível	Serviços prestados	Intangível
Controladora				
CCR S.A.	909 (a)	-	1.817 (a)	-
CPC	1.520 (b)	-	2.946 (b)	-
Outras partes relacionadas				
Intercement Brasil S.A.	-	25 (d)	-	25 (d)
Total,	2.429	25	4.763	25

	Transações			
	01/04/2018 a 30/06/2018		01/01/2018 a 30/06/2018	
	Serviços prestados	Intangível	Serviços prestados	Intangível
Controladora				
CCR S.A.	877 (a)	-	1.754 (a)	-
CPC	1.266 (b)	111 (b)	2.531 (b)	222 (b)
Outras partes relacionadas				
Intercement Brasil S.A.	-	628 (d)	-	708 (d)
Total,	2.143	739	4.285	930

	Saldos			
	30/06/2019		31/12/2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar	Contas a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR	-	284 (a)	7 (c)	274 (a)
CPC	-	700 (b)	1 (c)	444 (b)
Outras partes relacionadas				
RodoNorte	-	-	3 (c)	-
Renovias	-	-	1 (c)	-
NovaDutra	2 (c)	64 (c)	-	-
Cor	3 (c)	-	-	-
ViaMobilidade	1 (c)	14 (c)	-	-
CCR ViaSul	32 (c)	-	-	-
Total circulante	38	1.062	12	718
Total	-	-	12	718

Notas Explicativas**Despesas com profissionais chaves da administração**

	<u>01/04/2019 a</u> <u>30/06/2019</u>	<u>01/01/2019 a</u> <u>30/06/2019</u>	<u>01/04/2018 a</u> <u>30/06/2018</u>	<u>01/01/2018 a</u> <u>30/06/2018</u>
Remuneração: (e)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	228	457	627	1.272
Outros benefícios:				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte (Reversão)/Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	210 (1.235)	421 (1.235)	- -	347 -
Previdência privada	9	18	5	9
Seguro de vida	-	1	1	2
	<u>(788)</u>	<u>(338)</u>	<u>633</u>	<u>1.630</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Remuneração dos administradores (e)	492	1.560

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 6.900, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao faturamento;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (d) Contrato de fornecimento de cimento para pavimentação de concreto na BR-163/MS, sendo os valores unitários reajustados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 15 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor; e
- (e) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10. Ativo imobilizado**Movimentação do custo**

	<u>31/12/2018</u>	<u>30/06/2019</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (a)</u>	<u>Saldo final</u>
Móveis e utensílios	1.398	-	(14)	9	1.393
Máquinas e equipamentos	80.834	-	(193)	483	81.124
Veículos	21.008	-	(1.683)	2.944	22.269
Instalações e edificações	296	-	-	-	296
Terrenos	828	-	-	-	828
Sistemas operacionais	53.559	-	-	264	53.823
Imobilizações em andamento	6.712	2.913	-	(4.306)	5.319
	<u>164.635</u>	<u>2.913</u>	<u>(1.890)</u>	<u>(606)</u>	<u>165.052</u>

Notas Explicativas

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 303 no semestre findo em 30 de junho de 2019 (R\$ 684 no semestre findo em 30 de junho de 2018). A taxa média de capitalização no 1º semestre foi de 0,65% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos) e de 0,66% a.m. no 1º semestre de 2018.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2018	30/06/2019		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(375)	(74)	5	(444)
Máquinas e equipamentos	13	(22.139)	(5.688)	97	(27.730)
Veículos	25	(18.079)	(1.372)	1.588	(17.863)
Instalações e edificações	(b)	(296)	-	-	(296)
Sistemas operacionais	10	(14.454)	(2.910)	-	(17.364)
		<u>(55.343)</u>	<u>(10.044)</u>	<u>1.690</u>	<u>(63.697)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;
 (b) Ativo 100% depreciado.

11. Intangível e intangível em construção

Movimentação do custo

	31/12/2018	30/06/2019		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	1.531.800	-	88.881	1.620.681
Direitos de uso de sistemas informatizados	9.241	-	606	9.847
Intangível	1.541.041	-	89.487	1.630.528
Intangível em construção	281.775	40.805	(88.881)	233.699

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 35.897 no semestre findo em 30 de junho de 2019 (R\$ 35.459 no semestre findo em 30 de junho de 2018). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2019 foi de 0,65% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,66% a.m. no 1º semestre de 2018.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2018	30/06/2019	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(42.872)	(13.062)	(55.934)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(4.781)	(963)	(5.744)
		<u>(47.653)</u>	<u>(14.025)</u>	<u>(61.678)</u>

- (a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível;
 (b) Amortização pela curva de benefício econômico.

Notas Explicativas**12. Fornecedores**

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	18.299	15.128
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	13	95
	<u>18.312</u>	<u>15.223</u>

(a) Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obra de melhorias, manutenção e conservação.

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
INSS sobre folha de pagamento	561	589
IRRF de empregados	150	286
FGTS	132	202
Sesi/Senai	126	143
Salários a pagar	1.225	1.336
Provisão para participação nos resultados	3.090	4.965
Provisão para Férias	2.339	2.312
Provisão para 13º Salário	1.069	-
Outas obrigações trabalhistas	863	894
	<u>9.555</u>	<u>10.727</u>

14. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 30/06/2019	Vencimento Final	30/06/2019	31/12/2018
Em moeda nacional							
BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338% (a)	17.013	13.400	Março de 2039	670.229	667.680 (b) (c)
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	TJLP + 2,00% a.a.	2,1918% (a)	2.598	2.110	Março de 2039	127.896	127.420 (b) (c)
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844% (a)	2.671	2.178	Março de 2039	51.972	51.720 (b) (c)
Total geral				<u>17.688</u>		<u>850.097</u>	<u>846.820</u>
Circulante							
Financiamentos						24.913	2.586
Custos de transação						<u>(1.620)</u>	<u>(1.609)</u>
						<u>23.293</u>	<u>977</u>
Não Circulante							
Financiamentos						842.872	862.735
Custos de transação						<u>(16.068)</u>	<u>(16.892)</u>
						<u>826.804</u>	<u>845.843</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) 100% aval/ fiança corporativa da CCR S.A.
(c) Garantia real.

Notas Explicativas

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2019</u>
2020	22.476
2021	44.954
2022	44.954
2023 em diante	<u>730.488</u>
	<u>842.872</u>

A Companhia possui contratos de financiamentos, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Neste semestre findo em 30 de junho de 2019, não ocorreu nenhuma operação.

Conforme cláusula quarta do contrato firmado com BNDES, a partir de 16 de janeiro de 2019, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permaneceram bloqueados durante todo o prazo do contrato de financiamento. Em 30 de junho de 2019, o saldo aplicado totaliza R\$ 28.624.

Para maiores detalhes sobre os financiamentos, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Não circulante	<u>31/12/2018</u>		<u>30/06/2019</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Atualização de bases processuais e monetária</u>	<u>Total</u>
Cíveis	78	402	(28)	(302)	9	159
Trabalhistas	<u>20</u>	<u>1.174</u>	<u>(1)</u>	<u>(315)</u>	<u>26</u>	<u>904</u>
Total	<u>98</u>	<u>1.576</u>	<u>(29)</u>	<u>(617)</u>	<u>35</u>	<u>1.063</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

Notas Explicativas

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Cíveis e administrativos	513	1.005
Trabalhistas e previdenciárias	401	370
	<u>914</u>	<u>1.375</u>

16. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2018</u>	<u>30/06/2019</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição de provisão a valor presente</u>	<u>Ajuste a valor presente</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante	90.873	24.277	3.731	118.881

A taxa utilizada no cálculo do valor presente, tanto para 31 de dezembro de 2018 quanto para 30 de junho de 2019, foi de 7,54% a.a..

17. Patrimônio líquido**a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Companhia era de R\$ 848.000, composto por 848.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 28 de março de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 23.000, mediante a emissão de 23.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, passando o capital da Companhia para R\$ 871.000, dividido em 871.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

b. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>01/04/2019 a 30/06/2019</u>	<u>01/01/2019 a 30/06/2019</u>	<u>01/04/2018 a 30/06/2018</u>	<u>01/01/2018 a 30/06/2018</u>
Numerador				
(Prejuízo) Lucro líquido	(4.362)	(3.530)	3.020	12.747
Denominador				
Média ponderada de ações (em milhares)	868.725	858.420	811.846	797.867
Lucro por ação - básico e diluído	(0,00502)	(0,00411)	0,00372	0,01598

c. Dividendos

Em 30 de abril de 2019, foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária (AGO), a reversão total da provisão para dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 3.302,

Notas Explicativas

18. Receitas

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Receitas de pedágio	66.429	139.361	64.509	136.264
Receitas de construção (ICPC 01)	2.369	3.684	53.814	105.921
Receitas acessórias	1.869	3.632	1.684	3.294
Receita bruta	70.667	146.677	120.007	245.479
Impostos sobre receitas	(5.911)	(12.378)	(5.733)	(12.079)
Devoluções e abatimentos	(8)	(17)	(18)	(28)
Deduções das receitas brutas	(5.919)	(12.395)	(5.751)	(12.107)
Receita líquida	64.748	134.282	114.256	233.372

19. Resultado financeiro

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(17.412)	(34.617)	(17.288)	(34.352)
Variação monetária sobre financiamentos	(554)	(2.641)	(1.232)	(2.756)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.994)	(3.731)	(1.463)	(2.662)
Capitalização de custos dos financiamentos	17.273	36.200	18.180	36.143
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(179)	(334)	(195)	(413)
	(2.866)	(5.123)	(1.998)	(4.040)
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	693	1.057	338	963
Juros e outras receitas financeiras	11	35	23	37
	704	1.092	361	1.000
Resultado financeiro líquido	(2.162)	(4.031)	(1.637)	(3.040)

20. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras intermediárias, conforme o quadro a seguir:

	30/06/2019			31/12/2018		
	Valor justo por meio de resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixas e bancos	9.995	-	-	11.517	-	-
Aplicações financeiras	23.513	-	-	21.112	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	28.624	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	13.596	-	-	12.658	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	38	-	-	12	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(850.097)	-	-	(846.820)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(18.469)	-	-	(15.257)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(1.062)	-	-	(718)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(3.302)
Arrendamento mercantil	-	-	(26)	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(873)	-	-	(841)
Total	62.132	13.634	(870.527)	32.629	12.670	(866.938)

Notas Explicativas

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

O valor justo dos instrumentos financeiros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundo de investimento estão valorizadas pelo valor da cota de fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, dividendos a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional, arrendamento mercantil e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

Nível 2:	30/06/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras e conta reserva	52.137	21.112

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram consideradas nos cálculos novas contratações de operações além dos já existentes.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ^{(5) (6)}	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDDES	Aumento da TJLP ⁽³⁾	Março de 2039	683.629	(55.290)	(65.643)	(75.998)
CEF (REPASSE BNDDES)	Aumento da TJLP ⁽³⁾	Março de 2039	54.150	(4.380)	(5.200)	(6.020)
CEF (FINISA)	Aumento da TJLP ⁽³⁾	Março de 2039	130.006	(10.515)	(12.483)	(14.453)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁴⁾	CDI ⁽²⁾		18.007	1.138	1.423	1.707
Aplicação financeira (Itaú Soberano)	CDI ⁽²⁾		22.255	1.389	1.736	2.083
Aplicação financeira (Itaú Soberano)	CDI ⁽²⁾		4.561	285	356	427
Aplicação financeira (Itaú Soberano)	CDI ⁽²⁾		1.807	113	141	169
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁴⁾	CDI ⁽²⁾		5.507	358	448	537
				<u>(66.902)</u>	<u>(79.222)</u>	<u>(91.548)</u>

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

TJLP ⁽²⁾	5,95%	7,44%	8,93%
CDI ⁽³⁾	6,40%	8,00%	9,60%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) e (3) está detalhado as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 28/06/2019, divulgada pela B3;
 (3) Refere-se à taxa de 28/06/2019, divulgada pela BNDDES;
 (4) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada;
 (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 28/06/2019, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
 (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e TJLP).

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Compromisso de investimento	<u>4.453.352</u>	<u>4.535.658</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

Notas Explicativas

22. Demonstração do fluxo de caixa

a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Empréstimos e Financiamento</u>	<u>Aplicações financeiras</u>	<u>Arrendamento mercantil</u>	<u>Capital social</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(846.820)	-	-	(848.000)	(1.694.820)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Integralização de capital	-	-	-	(23.000)	(23.000)
Pagamentos de principal e juros	33.981	-	23	-	34.004
Dividendos pagos	-	-	-	-	-
Resgates / aplicações (conta reserva)	-	28.624	-	-	28.624
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	33.981	28.624	23	(23.000)	39.628
Outras variações					
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06	-	-	(48)	-	(48)
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(37.258)	-	(1)	-	(37.259)
Total das outras variações	(37.258)	-	(49)	-	(37.307)
Saldo Final	<u>(850.097)</u>	<u>28.624</u>	<u>(26)</u>	<u>(871.000)</u>	<u>(1.692.499)</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Aos Acionistas e Administradores da,

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Campo Grande - MS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº1 às informações contábeis intermediárias, que descreve que após a Companhia não ter obtido sucesso nas tratativas com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a revisão das condições do contrato de concessão, ingressou em maio de 2018 com demanda judicial requerendo que seja, preliminarmente, autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos, que nenhuma penalidade seja imputada à Companhia pela ANNT e, que a ANTT seja condenada a revisar o Contrato de Concessão, ou na inadmissibilidade de tal revisão, que o contrato seja rescindo. A ação judicial está consubstanciada no entendimento da Administração de que houve modificação substancial das bases da contratação, que impedem a Companhia a dar a continuidade nos serviços nos moldes originalmente contratados. O juiz proferiu decisão determinando que a ANTT não aplique qualquer tipo de penalidade contra a Companhia. Aguarda-se decisão sobre a reiteração dos pedidos liminares. Com base na avaliação dos seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia avalia que o desfecho do mérito será favorável. Nossa conclusão não está ressalvada em relação esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2019.

Campo Grande/MS, 08 de agosto de 2019.

GUILHERME MOTTA GOMES

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SAMI FARAH JUNIOR

DIRETOR OPERACIONAL

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2019.

Campo Grande/MS, 08 de agosto de 2019.

GUILHERME MOTTA GOMES

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SAMI FARAH JUNIOR

DIRETOR OPERACIONAL